

O consenso para não desaquecer o crescimento

por Pedro Cafardo

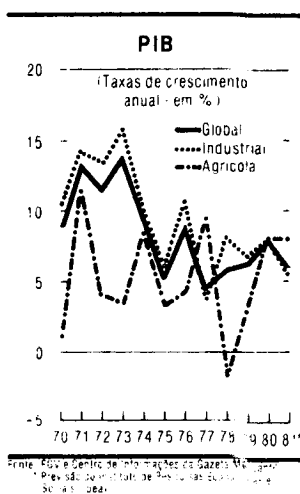
Não se conhece no Brasil uma só pessoa que sustente publicamente a necessidade de se promover uma recessão econômica como terapia para a inflação. Há, ao que tudo indica, saudável consenso nacional sobre as desastrosas consequências de uma interrupção temporária no processo de crescimento da economia num país onde a população aumenta 2,3% ao ano — mantém ainda ponderável contingente de milhões de indivíduos adultos subempregados, fora do mercado de trabalho.

Nessas condições, diante do agravamento do processo inflacionário, madurece a posição consensual de que é hora de encarar seriamente a tarefa de realinhar a economia no sentido de inverter ou modificar as prioridades tradicionais. Ainda que muito contestem os seus benefícios, significativa maioria advoga a tese de que se esgotou o processo de desenvolvimento experimentado pelo País nas últimas duas décadas, marcado basicamente pela captação de vastos recursos externos para a aplicação no setor secundário da economia, interessado na produção de bens de consumo.

A agricultura, o caninho para manter a taxa de expansão

Quaisquer que sejam os administradores da economia, qualquer que seja o governo, portanto, será consensualmente empurrado a direcionar os investimentos nesta década a setores que, até agora, foram largamente relegados ao segundo plano. Se perderam alguns preciosos anos insistindo em velhas prioridades, o fato é que os detentores do poder já manifestam a intenção de trabalhar nesse sentido. Os novos pólos de dinamismo, segundo definições claramente esboçadas desde a posse do atual governo, localizam-se no setor primário — a agricultura —, na mineração, em projetos para a substituição da energia importada e em empreendimentos voltados para produção de itens exportáveis. Fora dessas áreas, como tem manifestado reiteradas vezes o ministro do Planejamento, Delfim Netto, não há salvação. Estimulando esses setores, espera-se poder resolver ao mesmo tempo aqueles que considera os principais problemas a enfrentar: 1) manter o desenvolvimento; 2) reduzir a dependência externa, consubstanciada numa dívida que supera US\$ 5 bilhões, a maior entre todos os países; 3) fazer baixar as taxas de inflação; 4) distribuir os benefícios do crescimento.

No papel, tais enunciados parecem factíveis. Na prática, porém, a materialização desses objetivos vem expondo o governo a sucessivas e desgastantes tentativas, ora por inabilidade ora por erros, ou ainda por fatores externos, fora de controle. A prioridade agrícola, por exemplo, solenemente anunciada no discurso de posse do presidente João Figueiredo, acabou-se transformando, na opinião dos críticos, num dos principais focos da inflação de três dígitos, pela primeira vez conhecida no País, em 1980, em toda a sua história. Economistas ligados à Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas, uma das mais importantes do País, e ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen, acreditam que a aceleração do processo inflacionário teve origem na forte expansão monetária verificada a partir do primeiro trimestre de 1979, consequência da adoção de políticas de controle das taxas de juros e de empréstimos à agricultura. Neste segundo caso, o objetivo governamental foi estimular fortemente a produção agrícola via crédito subsidiado para provocar queda futura nos preços dos produtos primários, a partir do momento em que uma grande safra agrícola se materializasse. Na opinião dos críticos, porém, o efeito da forte expansão monetária associada à expansão dos empréstimos foi muito



maior do que os efeitos da produção ampliada sobre os preços de mercado, resultando, na prática, na aceleração do processo inflacionário.

Mesmo com esses inconvenientes, de qualquer forma, o governo parece convencido de que a ampliação da fronteira agrícola e da produção de bens primários são os melhores caminhos para manter a taxa de expansão da economia em nível suficiente para atender às necessidades de empregos, alimentação da população e geração de excedentes exportáveis. Em 1980, por exemplo, por força dos estímulos variados, o produto agrícola cresceu 8,1%, sendo que, ao lado do bom desempenho da lavoura, que apresentou crescimento de 10%, a produção pecuária ficou ainda abaixo das necessidades do País — cerca de 4%.

Nesta década, a estratégia para a ampliação da fronteira agrícola tem em conta a possibilidade da incorporação de uma extensa área do Brasil Central, de cerca de 183 milhões de hectares, que compõem a região dos cerrados. Para esta região inexplorada, de solo mais pobre, o governo pretende conduzir investimentos e modernas técnicas agrícolas, de forma a produzir enormes quantidades de arroz, trigo, milho, sorgo, soja e café, além das atividades pecuárias.

As autoridades brasileiras estão firmemente convencidas de que o trigo, por exemplo, planta muito sujeita a doenças fúngicas e bacterianas, que se fortalecem no clima excessivamente úmido das regiões até agora cultivadas no País, encontrará ambiente favorável nos 8 milhões de hectares das chamadas "várzeas dos cerrados". Apesar das grandes áreas, o esquema traçado para o aproveitamento dos cerrados não inclui apenas o estímulo às médias e grandes empresas. Também as cooperativas de produtores das áreas mais desenvolvidas do País poderão operar na região com crédito oficial.

Ao lado da agricultura, pelos planos oficiais, terá apoio irrestrito a exploração das potencialidades minerais do País. Neste sentido, depois de quase um ano de intensas discussões, foi elaborado e aprovado no ano passado o Plano Decenal de Mineração, pelo qual se objetiva atingir a independência externa de matérias-primas minerais, suprindo o mercado interno e gerando, como no caso da agricultura, excedentes exportáveis. Preferencialmente, segundo o plano, competirá ao setor privado, majoritariamente nacional, organizar e explorar essas atividades de mineração, com estímulo e apoio do Estado.

Minerais entram como segunda prioridade do governo

Na área de mineração, nenhum outro projeto será mais prioritário do que o que prevê a exploração das imensas jazidas de ferro, bauxita, cobre, cassiterita, níquel e manganês da serra dos Carajás, ao norte do País. Ao todo, durante esta década, segundo as previsões oficiais, serão investidos nada menos de US\$ 30 bilhões, paulatinamente, com recursos internos e externos. A primeira parte do projeto, para a exploração e transporte do minério de uma

produção de 35 milhões de toneladas a partir de 1985, teve início em outubro do ano passado, quando o Conselho de Desenvolvimento Econômico aprovou a alocação de recursos de US\$ 2,5 bilhões, dos quais US\$ 900 milhões a serem captados no mercado interno.

O segundo passo, em Carajás, será a construção, a partir de 1982, de uma usina para a concentração de minério de cobre para a produção, também em 1985, de 160 mil toneladas de cobre metálico. Em seguida, pelo cronograma do projeto, será concluída a usina de Barcarena, no Pará (já em construção), para 800 mil toneladas de alumina e 300 mil de alumínio. Outros dois projetos de alumínio, com início previsto para 1982, serão implantados em São Luís e Carajás, para 640 mil toneladas de metal e 2,4 milhões de toneladas de alumina. Depois disso, os passos seguintes serão: ferro-níquel — 50 mil toneladas; manganês — 500 mil toneladas; gusa — 3,5 milhões de toneladas; concentrado de estanho — 2 mil toneladas; minério de ferro sinterizado — 5 mil toneladas; ferro-esponja — 2,5 milhões de toneladas; semi-acabados de aço — 10 milhões de toneladas; coque — 2 milhões de toneladas; e silício metálico.

Tanto quanto na mineração, esforço de investimento necessariamente enorme será exigido do País na área da substituição de fontes externas de energia, basicamente o petróleo. No início da década de 70, o petróleo importado representava de 5 a 8% das exportações brasileiras, taxa que aumentou para 50% em 1980, com gastos da ordem de US\$ 10 bilhões. Tais dispêndios de divisas passaram a representar fator de desequilíbrio do balanço de pagamentos e acabaram tendo grande influência nos preços internos e na eficácia da economia.

A meta é quadruplicar a oferta de energia até 1985

A médio prazo, até meados da década, segundo os planos oficiais, será possível quadruplicar a oferta interna de energia alternativa ao petróleo importado, de forma a aliviar o balanço de pagamentos. Assim, estão previstas as produções de 500 mil barris/dia de petróleo no País; 170 mil barris equivalentes de álcool e 130 mil de carvão. Pelo Programa Nacional do Alcool (Proálcool), já em execução — cerca de meio milhão de veículos são movidos exclusivamente a álcool hidratado —, prevê-se a produção de 10 bilhões de litros anuais na safra 1985/86 e, possivelmente, 14 bilhões em 1986/87. Pelo Plano Nacional do Carvão (Procarvão), a produção de carvão aumentará dos atuais 7 milhões de toneladas para 27 milhões em 1985, com investimentos de US\$ 13 bilhões. Basicamente, o carvão substituirá o óleo combustível utilizado pelas indústrias.

De imediato, o realinhamento da economia no sentido de modificar as prioridades tradicionais deve ser conjugado com a redução da taxa anual de crescimento para algo entre 4,5% ou 5%, com o objetivo específico de combater a inflação. Esta é, pelo menos, a meta do governo para 1981, admitindo-se uma taxa maior para a agricultura (8%) e menor para a indústria e o setor de serviços.

Empenhado nessa tarefa, o governo deve atacar, ao que anunciou, focos que teriam sido responsáveis pelo inesperado crescimento do Produto Interno Bruto em 1980, de 8,5%. Pretende-se conseguir uma real desaceleração da indústria de transformação, que escapou ao controle no ano passado, via estreitamento do crédito, controle monetário e corte de importações, medidas já em execução. A expansão da indústria de bens duráveis, da ordem de 10% em 1980, principal fator impulsionador do crescimento, foi consequência direta da própria aceleração da inflação e da queda de rentabilidade das poupanças financeiras.